



COTIDIANO
COLUNAS
EDITORIAL
ENTREVISTA
ESPECIAL
ESPORTE
POLÍTICA
OPINIÃO
VIA PÚBLICA
VARIEDADES
EDIÇÕES
EXPEDIENTE
E-MAIL

OPINIÃO
OPINIÃO

Selvino Heck *

Próximos passos

“O Estado brasileiro começou a gastar mais principalmente com os mais pobres. O Brasil fez uma opção pelos pobres. Em vez de estabilidade e crescimento, o Brasil fez uma opção por estabilidade e redistribuição de renda. E está reescrevendo a sua história de desigualdade crônica.”

Quem faz a afirmação não é nenhum teólogo da libertação dos anos oitenta, e sim Marcelo Néri, chefe do Centro de Estudos Sociais da Fundação Getúlio Vargas. O estudo “Crescimento Pró-Pobre: o Paradoxo Brasileiro”, feito pela FGV e o International Poverty Center, instituição ligada à ONU, conclui que a renda dos 10% mais pobres subiu 16% em 2004, numa ‘velocidade chinesa’. Houve uma queda da desigualdade entre 1995 e 2004 da ordem de 4,42%, levando à menor desigualdade social em 25 anos.

Para o indiano Nanak Kakwani, diretor do Poverty Center, o Brasil constitui um ‘caso inédito’ de melhora da equidade num cenário de baixo crescimento econômico. Isso se deve a programas como o Bolsa Família, à estabilidade da moeda (o preço dos alimentos cresceu abaixo da inflação), ao aumento do salário mínimo e à geração de empregos. Se a distribuição de renda continuar evoluindo devido à ampliação dos programas de transferência de renda e do salário mínimo, como vem acontecendo nos últimos anos, a faixa dos 20% mais pobres continuará acima do ‘padrão chinês’, segundo o economista Ricardo Paes de Barros.

Em dezembro de 1994, com um salário mínimo comprava-se 0,6 cesta básica. Com o valor do salário mínimo de hoje consegue-se adquirir 1,7 cesta básica. Deflacionado pelo valor do salário mínimo, de 1995 até o início de 2006 o frango caiu 57,1%, o arroz 47,4%, o leite e o feijão mais de 30% e o pão francês, 25%. No mesmo período o preço de uma televisão caiu em 80% e o do cimento em 35%. Arroz, feijão, frango, carne e farinha nunca custaram tão pouco e nunca o poder aquisitivo foi tão alto. Quem fazia uma refeição diária passou a duas, os que se alimentavam duas vezes passaram para três vezes.

É o fim de todos os problemas? Longe disso. A distribuição brasileira de renda continua das piores do mundo, o crescimento econômico segue aquém do necessário e os programas de transferência de renda por si só não garantem a auto-sustentação emancipatória. Todos os que recebem o Bolsa Família preferem ter emprego, salário e renda. Como disse outro dia uma moradora da periferia pobre de Acauã, Piauí: “Nós queremos é trabalhar.”

O Programa Fome Zero do governo federal tem entre seus 4 eixos estruturantes o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção de processos de geração de trabalho e renda (os outros dois são acesso ao alimento como direito e mobilização, articulação e educação cidadã). Com os avanços feitos e os resultados obtidos, trata-se de dar um novo passo na opção pelos pobres. Políticas emergenciais e de transferência de renda são necessárias em determinado momento, mas corre-se o risco do assistencialismo e da dependência. Estão criadas as condições para políticas emancipatórias de autonomia de cada família, as chamadas ‘portas de saída’.

O governo federal tem feito a sua parte, embora nem sempre suas ações sejam suficientes. A sociedade tem buscado construir formas pelas quais pessoas e famílias se organizam em grupos de geração de trabalho e renda, em cooperativas, em associações de produtores e agricultores, no que se chama economia solidária. O governo deve entrar com apoio técnico para estes grupos, pode criar formas de apoio financeiro como um fundo rotativo solidário e apoio às redes de comercialização do que é produzido e políticas de abastecimento. Isso permite criar cadeias produtivas incorporando centenas, milhares de famílias que se auto-sustentam e assim vêem sua auto-estima de cidadãos ser recuperada e/ou fortalecida.

GIRO GERA
Com Moisés
NA TRIBO
Com Robert
PORONGA
Da Redação

P

Goo

Os próximos passos da opção pelos pobres passam pelo desenvolvimento com distribuição de renda, voltado em primeiro lugar para o mercado interno, com segurança e soberania alimentar e nutricional. Um país com igualdade que dê oportunidade a todas e todos é o que se busca construir e o que, felizmente, está acontecendo.

*** *Assessor Especial do Presidente da República***